ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Realizada em 29 de janeiro de 2020

Às 15:00 horas do dia 29 de janeiro de 2020, no Plenário da Secretaria de Educação, situado na Rua Rio Branco, 183 - 10º andar, Vila Bocaina - Mauá, reuniram-se os representantes do CMDUH - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, convidados e munícipes conforme listas de presença em anexo, com o objetivo de deliberar acerca das seguintes pautas: **1) Apresentação do mandato 2019-2021 do Conselho; 2) Posse dos novos membros; 3) Discussão a respeito da vice-presidência do Conselho; 4) Situação do FMDUH ï Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação; 5) Discussão a respeito da situação do Jd. Kennedy**. O Secretário Executivo do CMDUH, Daniel Agostinho, agradece aos presentes, dá boas-vindas aos novos membros e inicia a reunião. Em continuidade, apresenta a si mesmo, apresenta o Sr. Antonio Lajarin como Presidente do CMDUH e o Sr. Jovenildo Lopes, membro titular do Conselho pela Secretaria de Habitação. Apresenta também cada um dos membros, titulares e suplentes, presentes na reunião. O Secretário do Conselho informa que o Decreto que nomeia os membros da nova gestão já foi assinado e publicado, assim como o Decreto 8.641/2020, que dispõe sobre a desafetação de áreas municipais. Comunica também que tais Decretos, assim como o Regimento Interno do Conselho, foram encaminhados para os e-mails dos membros. Passa-se então para a terceia pauta da reunião. O Sr. Antonio Lajarin avisa que é preciso nomear, entre os membros do Conselho, quem será o vice-presidente neste mandato. Em seguida, indica o Sr. Jovenildo Lopes como possível membro para o cargo. Sem nenhuma contrariedade, o Sr. Jovenildo Lopes é aprovado pelos presentes na reunião como o novo Vice-Presidente do CMDUH. Segue-se para o próximo tópico da reunião, tratando a respeito do FMDUH. O Sr. Daniel Agostinho avisa que solicitou recentemente uma atualização financeira do Fundo, junto a Secretaria de Finanças. O Sr. Presidente discorre sobre as vendas ilegais dos loteamentos clandestinos e sobre diversas ocupações que tem ocorrido na cidade, de forma descontrolada e desordenada, por vezes gerando situações de risco às famílias. O Sr. Presidente afirma que nas invasões consolidadas, a Secretaria de Habitação buscará regularizar, realizar intervenções urbanísticas e manter as famílias onde estão. Por outro lado, explica que é necessário também, dentro da legalidade, impedir novas invasões no município. O Sr. Presidente continua, informa que foi publicado o Decreto 8643/2020, criando a Comissão Integrada de Prevenção, que é composta por diversas Secretarias Municipais e tem o intuito de monitorar, fiscalizar e controlar ocupações irregulares em áreas públicas no município de Mauá. A intenção é de que diariamente fiscalizem essas ocupações, encaminhando os infratores para a Polícia Civil do Meio Ambiente em Santo André e coibindo que outras invasões aconteçam. O Sr. Antonio Lajarin afirma que foi publicado também o Decreto 8621/2019, autorizando a Secretaria de Habitação a desenvolver estudos, projetos e programas para o desenvolvimento da política habitacional no munícipio. Continua dizendo que já estão em andamento dois projetos implantados em áreas públicas, com foco em atender prioritariamente o funcionalismo público. Por intermédio do Programa Casa Paulista do Governo do Estado, subsídios do Governo Federal e contrapatida de terreno pela Prefeitura, está previsto a construção de apartamentos com cerca de 40m² e prestações de R$450 a R$500. O Sr. Presidente discorre também sobre o Decreto 8.640/2020, publicado em janeiro, que institui o Programa Morar com Dignidade. Trata-se de programa voltado para a reforma de habitações de moradores de baixa renda, a fim de oferecer padrões mínimos de acessibilidade,

CÓDI
GO
182
VS.1
0

segurança e salubridade às construções habitacionais no município. A intenção também é intervir com pequenas obras em habitações interditadas pela Defesa Civil, nos casos onde as reformas puderem solucionar os problemas do local. O Sr. Daniel Agostinho diz que a questão de melhorias habitacionais, até então, tem sido um vácuo nas políticas de habitação do município. O Sr. Presidente afirma que a criação da Comissão Integrada de Prevenção irá facilitar a comunicação entre os diversos setores da Administração municipal e contribuirá com a demanda do Programa Morar com Dignidade. O Sr. Antonio Lajarin também esclarece que o Programa Bolsa Aluguel está sendo alterado por Projeto de Lei. Ele passará a ser denominado como auxílio-moradia e o projeto regulamentará a utilização de habitações transitórias no município. A ideia é fazer uso das habitações transitórias em casos emergenciais e durante o período em que as casas de munícipes estiverem sendo reformadas pelo Programa Morar com Dignidade. Em seguida, o Sr. Presidente explica que existe Lei Municipal prevendo que em ocupações consolidadas nas áreas públicas do município, onde houve a conivência da Administração Pública, é permitido que haja a venda de terrenos, do município para o morador. Em continuidade, o Sr. Presidente fala sobre o Decreto 8.641/2020, que autoriza a administração de áreas para regularização e a alienação a título oneroso destas pelo CMDUH. O Sr. Presidente então propõe que o CMDUH crie um CNPJ e uma administração própria, de forma a atender o disposto no Decreto 8.641/2020. Propõe também que sejam previstos funcionários próprios para este CNPJ. A proposta, então, de se criar um CNPJ e uma administração própria para gerir o Conselho é colocada em votação. Sem contrariedade, os membros do Conselho concordam com a proposta. Se dará início, então, a um estudo para verificar como será o funcionamento desse CNPJ. A Sra. Cathiara A. Oliveira questiona se para o munícipe que já reside há muitos anos numa determinada área pública é interessante o processo de regularização. O Sr. Daniel Agostinho responde que chegam muitos pedidos de regularização fundiária na Secretaria de Habitação. O Sr. Thiago Aguiar, Secretário-adjunto de Habitação, explica que são dois casos: a regularização de áreas comerciais e quando se referem a áreas residenciais, os casos devem ser tratados distintamente e o Conselho deve julgar qual o processo mais adequado à situação. Passa-se para o último tópico da reunião, a respeito da situação do Jd. Kennedy. O Sr. Antonio Lajarin discorre a respeito do histórico do local. Trata-se de um conjunto habitacional que teve suas obras paralisadas, sendo invadido por outros munícipes que passaram a residir no local. Explica que a Caixa Econômica Federal estava em vias de cancelar o contrato. Havia sido acordado, em gestão anterior, que as novas famílias habitantes do local seriam as novas beneficiadas com o empreendimento. A construtora vencedora da licitação não quis dar prosseguimento às obras, sendo que o trabalho ficou a cargo da construtora classificada em segundo lugar. A Caixa Econômica Federal concordou em prorrogar o prazo para que as obras pudessem ser finalizadas. Sendo assim, a obra foi retomada e já foi realizada a primeira medição. Então, para a ciência de todos os membros do Conselho, o Sr. Presidente informa que, como havia sido estabelecido anteriormente em reunião, haverá uma contrapartida financeira por parte do FMDUH para a continuidade das obras no conjunto habitacional do Jd. Kennedy. O Sr. Alvarino Lemes parabeniza a todos os novos membros do CMDUH, diz que as propostas do Sr. Antonio Lajarin são boas, que por vários anos tem se buscado viabilizar algumas questões que devem se concretizar agora. A Sra. Flarranyelly Kaymmi questiona a respeito da situação do projeto para habitação de interesse social voltado aos servidores do município de Mauá. O Sr. Presidente explica que neste projeto haverá uma parte da demanda destinada aos funcionários públicos e que já está sendo realizado o planialtimétrico da área, que é pública. O terreno seria cedido pela Prefeitura Municipal para a construção do empreendimento. O Sr. Presidente do CMDUH irá analisar a situação desse assunto junto ao Sr. Prefeito. O Sr. Antonio Lajarin informa que convocará nova reunião para apresentar a formatação da administração do CMDUH. O Sr. Jovenildo Lopes agradece a presença de todos, diz à Srta. Tereza Cristina P. de Melo, da Secretaria de Planejamento Urbano, que é muito positiva a participação dela nas reuniões e afirma que, em gestões anteriores, já vinha sendo buscado

CÓDI
GO
182
V.S.1
0

mecanismos para agilizar os trabalhos do Conselho e do FMDUH, como os que agora estão em pauta. Nada mais a ser tratado, o Secretário Executivo do CMDUH, às 17:00 horas dá por encerrada a reunião. Eu, Daniel Agostinho, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelo Sr. Presidente do Conselho, Sr. Antonio Lajarin.

Daniel Agostinho
Secretário Executivo
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Antônio de Jesus S. Lajarin
Presidente
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

CÓDI
GO
182
VS.1
0